

PALAVRA FINAL

por Carmelino Souza Vieira

Na condição de Diretor Geral do IBC tenho tido a oportunidade de participar de muitos eventos voltados para a área da deficiência visual. Nos últimos meses, o tema em evidência tem sido a Escola Inclusiva e Educação para Todos. Daí algumas pessoas terem me questionado sobre a situação do IBC frente a política empreendida pelo MEC, inclusive com propagandas veiculadas no rádio e na TV, uma vez que o instituto tem uma escola residencial.

A MINHA PRIMEIRA PREOCUPAÇÃO, entretanto, tem girado em torno das seguintes questões: por que há o Ensino Especializado para atender a uma clientela especial? Será que ela não poderia ser inserida tranqüilamente na escola regular? Antes de responder estas questões, gostaria de tecer alguns comentários.

As questões educacionais que envolvem as pessoas portadoras de deficiência visual passam, antes de mais nada, pela análise psico-social do homem. E, se considerarmos a EDUCAÇÃO como um conjunto de práticas sociais que visam integrar o indivíduo em seu meio social, chegaremos ao consenso de que a INTEGRAÇÃO é um processo complexo, que não se finaliza simplesmente ao se colocar ou manter pessoas portadoras de deficiência visual no ensino regular. Exposto isso, entendemos que a função da escola residencial não é a de segregar o aluno, mesmo porque não há no mundo nenhuma experiência bem sucedida que defina que a criança para aprender mais fácil e rapidamente tenha de dormir na escola.

No caso específico do IBC, que mantém um educandário funcionando em regime de externato, semi-internato e internato (considerando a realidade sócio-econômica e a localidade de residência do educando), a escola residencial visa atender uma necessidade social, e não pedagógica. A nossa vocação não é ser uma escola residencial. Ocorre que, dada as precárias condições sociais de vários de nossos alunos, nos vemos ainda na contingência de oferecer apoio, suporte, estrutura residencial (inclusive para ex-alunos que estão estudando em outras instituições educacionais).

Não é a minha intenção esgotar aqui toda a reflexão em torno da educação brasileira e seus problemas. Mas também, tomando o cuidado de não caminhar por atalhos ou reduções simplificadoras da questão, gostaria de chamar a atenção para o fato de que a preocupação educacional com as pessoas portadoras de necessidades especiais, no nosso país, ainda é coisa recente. Não é novidade que no Brasil ainda há muitos professores leigos ministrando aulas e, o que é mais preocupante, a grande maioria dos professores formados é mal remunerada e obrigada a realizar jornadas de tempo integral em várias escolas. Eles não têm tempo para aperfeiçoamento, novas informações, metodologias de ensino e experiências didáticas. No ensino regular, questões graves como evasão escolar, repetência na 1ª. série, baixo rendimento nas práticas educativas de conteúdo básico, entre outras, ainda não foram equacionadas. Como então propor ainda mais o ensino especial neste contexto?

Vejo que no momento atual as escolas de ensino especial têm o papel de se constituírem, a um só tempo, em oportunidade real de educação para os educandos deficientes, e em centro formador de pessoal e produtor de metodologias e tecnologias, que a médio prazo vão capacitar o ensino regular a lidar não somente com essa questão, mas poderão também lançar luz sobre as questões mencionadas anteriormente.

Convido todos à reflexão de que não há polarização entre o ensino especial e o ensino regular, já que a verdadeira preocupação deve residir em que a educação que queremos, que estamos produzindo, atende ao que preceitua o art. 205 da Constituição: “a educação é dever de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Neste ponto, sem a presunção de querer provocar ebulição na cabeça dos atentos leitores, quero voltar ao início do tema. As práticas segregativas ou integrativas, na verdade, são primas próximas de outras posturas maiores, ou seja, da democracia ou da não democracia, se reconhecermos em cada educando o direito de ser cidadão em sua plenitude; se não temos um trato correto com essa questão, poderemos criar “guetos” em qualquer que seja o espaço ou prática. Ao reconhecermos isto, certamente encontraremos, com nossa determinação, nosso esforço integrado, um caminho para garantir a cada criança este direito, e aí não há espaços para barreiras, preconceitos, segregações, etc.

Finalmente, não nos posicionamos contrariamente à idéia da Escola Inclusiva na perspectiva da diretriz política ideológica da Educação para Todos, que aliás não é fato novo. Mas, à luz das experiências bem sucedidas, temos constatado que a escola especial tem tido papel fundamental na educação das pessoas com necessidades educativas especiais. Para que a educação se processe na Escola Inclusiva, urge que ela esteja devidamente aparelhada com recursos humanos e materiais, com capacidade para desenvolver trabalhos iniciados com a estimulação essencial, passando pela educação infantil (JI) e o ensino fundamental (C.A. e 1^o. grau). Se este ensino não for pautado num perfeito entrosamento escola-aluno (com necessidades educativas especiais ou não) será mais uma história de fracassos a ser narrada. Por outro lado, se na Escola Inclusiva for desenvolvido um processo político-social-pedagógico seqüenciado e harmônico, de forma a atender as necessidades especiais de cada aluno, observando suas limitações e com o exigido apoio, aí sim teremos alcançado a Educação para Todos como proposta.